



Relatório de Atividades e Contas 2023



Índice

Introdução.....	2
Informações Operacionais.....	3
Informação Financeiras e Contabilística	13



Introdução

O presente documento constitui o Relatório de Atividades e Contas de 2023 do Centro Social do Divino Espírito Santo de Peraboa, procedimento anual e obrigatório nos termos estatutários.

A elaboração é da responsabilidade da Direção, com a estreita colaboração da Diretora Técnica, responsável Administrativa/Animadora e do Contabilista Certificado.

Tem como principal objetivo a demonstração das atividades realizadas, a nível operacional e financeiro, aprovadas no Programa de Ação e Orçamento para o ano em análise.

O conteúdo deste documento é subdividido em duas partes:

- 1) Informação operacional - explanando as atividades desenvolvidas na instituição durante o ano, destacando os principais aspetos exigidos designadamente: associados, acordos/valências, clientes, recursos humanos, formação, parcerias, candidaturas, donativos, atividades socioculturais, entre outros;
- 2) Informação Financeira e contabilística - constituída pelas demonstrações financeiras exigidas por lei, acompanhada de várias notas técnicas explicativas de modo a facilitar e simplificar ao máximo a sua interpretação.

A redação final foi submetida a aprovação da Direção, ao Conselho Fiscal para análise e emissão do seu parecer, e posterior apresentação e aprovação da Assembleia Geral perante os associados.



Handwritten signatures in blue ink.

Informações Operacionais



Associados

Os associados, como uma fonte de financiamento interna, são alvo de preocupação por parte da Direção, ambicionando que se estendam de forma cada vez mais significativa. Em 2023 verifica-se um aumento do número de associados. A entidade comportou, no ano de 2023, um total de 296 associados.

Clientes

A Instituição, ao longo do ano de 2023 teve uma média de 57 clientes, repartidos do seguinte modo: 30 em ERPI, 18 em SAD e 9 em Centro de Dia.

Acordos com o Instituto de Segurança Social

Dada a sua natureza social, o CSDES não consegue gerar fundos (de forma autónoma) para desenrolar as suas atividades, recorrendo a fontes externas que assumem, principalmente, a forma de acordos de cooperação (comparticipações) provenientes do Instituto da Segurança Social.

Manteve-se, no decorrer do ano em análise, os acordos de cooperação, celebrados para as respostas sociais, designadamente:

Serviço de Apoio Domiciliário - acordo para 28 clientes, sendo esta a capacidade máxima da resposta social;

Centro de Dia – acordo para 14 clientes, sendo a capacidade máxima de 20 clientes.

ERPI – acordo para 24 clientes, sendo a capacidade máxima de 30 clientes.

Em outubro de 2023, submeteu uma candidatura ao PROCOOP - Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais, para Revisão do Acordo de Cooperação para a valência de ERPI, tendo a mesma sido aprovada permitindo aumentar o acordo de 18 para 24 clientes.

Acompanhamento Técnico pela CDSS

Em 2023 e no âmbito dos processos sociais, o CSEDES foi objeto de visitas de acompanhamento técnico, seguindo as orientações e diretrizes emanadas.

Candidaturas

Programa +CO3SO Emprego – Empreendedorismos social (GAL),

No decorrer do ano de 2023, a Direção implementou e consolidou a candidatura ao programa +CO3SO Emprego – Empreendedorismos social (GAL), que teve o seu início em julho de 2021 e permitiu a criação de um serviço novo de saúde, fisioterapia, direcionado numa 1ª fase para os clientes da ERPI e numa 2ª fase para os clientes de Centro de Dia.

Os cuidados no âmbito da fisioterapia foram alargados em 2023 aos colaboradores da instituição permitindo minimizar e prevenir lesões, minimizar o stress e a tensão muscular e aumentar o bem-estar.



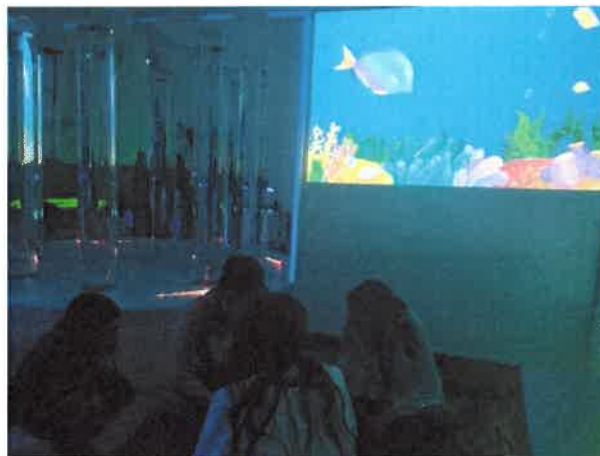
Medida Investimentos RE-C03- -I01 - Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais

A aprovação da *candidatura* à Medida Investimentos RE-C03-I01 - Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais. TO 1.1 Mobilidade Verde, permitiu a qualificação do Serviço de Apoio Domiciliário, com a aquisição de um veículo ligeiro 100% elétrico de mercadorias com transformação.



Prémio Caixa Social

No ano de 2023, reforçou a implementação da candidatura aprovada em março de 2022, aos Prémios Caixa Social, tendo como objetivo geral promover a saúde mental, a qualidade de vida e o bem-estar dos idosos, através da criação de uma Sala Snoezelen e de um Ginásio Cerebral.



Programa Nacional de Desporto para Todos – PNDpT 2022



Em 2023, submeteu e viu aprovada uma candidatura ao Programa Nacional de Desporto para Todos – PNDpT 2022 - 1ª Fase – Clubes e Associações Desportivas do IPDJ - Instituto Português Desporto e Juventude. O projeto “Movimento é Saúde II” tem como objetivos realizar ações de atividade física e desporto, contribuindo para o bem-estar psicológico e físico, criando hábitos de vida saudáveis e promovendo a interação e integração na comunidade.

Prémio BPI e Fundação “la Caixa” Seniores

O projeto “Vida + em Meio Rural” foi um dos 38 projetos vencedores da 11ª edição do Prémio BPI e Fundação “la Caixa” Seniores. O projeto tem como objetivos gerais: promover a saúde, a qualidade de vida e o bem-estar dos idosos, através da prestação de serviços domiciliários integrados, de modo a mitigar os efeitos da pandemia e a promover o envelhecer em casa. Pretende potenciar um envelhecimento mais autónomo e saudável, agregando a estimulação multissensorial e a realidade virtual aos serviços domiciliários. Este projeto permitirá a aquisição de uma viatura, para o reforço do apoio de proximidade e para uma resposta mais célere às necessidades dos idosos. Permitirá promover atividades no exterior com os idosos, a deslocação a consultas, fomentar deslocações a outros concelhos e outros serviços considerado pertinentes. O projeto prevê, ainda, a contratação de um Psicólogo.





Programas e Projetos do IEFP

O recurso a programas do IEFP tem merecido por parte da instituição uma atenção especial, indo ao encontro das necessidades pontuais da Instituição e possibilitando paralelamente a reintegração no mercado de trabalho de população desempregada. No decorrer do ano de 2023 foi submetida e aprovada 1 candidatura à Medida CEI⁺ permitindo a integração de 1 beneficiário e 1 candidatura à Medida Compromisso Sustentável permitindo a integração de 1 beneficiário.

Redes, Parcerias e Cooperação

Ao longo do ano, a instituição reforçou a cooperação institucional, de forma a potenciar recursos e sinergias.

Destacamos os parceiros mais relevantes: Instituto de Segurança Social; Câmara Municipal da Covilhã; Junta de Freguesia de Peraboa; Centro Hospitalar da Cova da Beira, Centro de Saúde de Peraboa e Centro de Saúde da Covilhã; Escola Secundária Quinta das Palmeiras, Associação Sagrado Coração de Maria do Ferro e outras IPSS do Concelho.

Iniciaram-se os procedimentos inerentes à formalização de novas parcerias: Universidade da Beira Interior, Núcleo de estudantes de Medicina, Núcleo de estudantes de Ciências Farmacêuticas, NetGNA Lab do Instituto de Telecomunicações do Departamento de Informática da Universidade da Beira Interior.

Promoção e Imagem da Instituição

Em 2023, continuou-se a desenvolver a página da Internet da Instituição <https://csocial-peraboa.pt/> com o intuito de se dar a conhecer a Instituição e disponibilizar documentação útil, para os sócios e comunidade em geral. Considerou-se outra forma de dar a conhecer a Instituição através da Rede Social Facebook em: <https://www.facebook.com/Centro-Social-do-Divino->

[Esp%C3%ADrito-Santo-Peraboa-217168972192821](#), apresentando a toda a comunidade as atividades que se desenvolvem na Instituição.

Considera-se, que a Internet é um meio de comunicação muito poderoso e relativamente económico, não só para se dar a conhecer a atuação da Instituição, mas também é um meio para se captar apoios da sociedade civil, sejam eles em espécies, géneros ou em trabalhos de outra natureza.

Recursos Humanos

A Instituição promoveu a gestão eficiente dos Recursos Humanos, potenciando o alinhamento das suas práticas com os objetivos institucionais.

Ao longo do ano de 2023, foram sentidas, mas ultrapassadas algumas dificuldades a nível operacional, motivadas por baixas médicas, medidas de apoio à família, por orientações legais e exigências externas.

Estas dificuldades foram colmatadas com as candidaturas elaboradas às Medidas: Compromisso Sustentável e CEI⁺, que permitiram assegurar a eficácia e a qualidade na prestação dos serviços aos nossos clientes. Atendendo a estes fatores, ao longo do ano de 2023, laboraram em média na Instituição 29 trabalhadores com vínculos laborais, 5 prestadores de serviços e 1 trabalhador ao abrigo da Medida Contrato Emprego Inserção⁺.

Formação

A formação é um elemento essencial para uma melhor e eficaz prática profissional. No ano de 2023, a maior parte das horas de formação foram realizadas no sistema presencial embora algumas tenham decorrido no sistema e-learning.

A formação abrangeu as diversas áreas funcionais da instituição funcionais versando temáticas diversas, designadamente:

Cuidados Básicos de Saúde, Férias, Faltas e Feriados e Trabalho por turnos; Preparar o Relatório Único; Modalidades da Contratação e Cessação do Contrato de Trabalho na IPSS; Comparticipação das Mensalidades nas Respostas Sociais na IPSS; Direito e Deveres dos Trabalhadores; Regime Jurídico das Férias; Agenda do Trabalho Digno: Aplicar Cuidados Humanos Básicos à Pessoa Idosa; Desenvolver Técnicas e Atividades de Animação no Domicílio e em Instituições; Prevenir Problemas de Saúde da Pessoa Idosa; Aplicar Cuidados de Higiene Corporal da Pessoa Idosa e de Higiene do Meio Ambiente; Atuar em Situações de Emergência; Executar Medidas de Promoção do Bem Estar da Pessoa Idosa ; Aplicar Cuidados de Imagem no Meio Ambiente; Alimentar a Pessoa Idosa; Desenvolver Atividades de Animação em Lares e Centros de Dia; Promover a autonomia da Pessoa Idosa Atingida pela Hospitalização; Aplicar Técnicas de Animação com a Pessoa Idosa com Doença Mental, entre outras.

A aprendizagem é um processo contínuo que envolve estratégias sobre as capacidades e habilidades existentes. Finalizou-se em 2023, o reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC) das funcionárias dos seguintes setores:

- Cozinha. Área de Educação e Formação- Hotelaria e Restauração; Saída Profissional: Cozinheiro/a N2.



- ERPI, Centro de Dia e SAD. Área de Educação e Formação: Trabalho Social e Orientação. Saída Profissional: Agente em Geriatria.



Higiene e Segurança no Trabalho

A Interprev assegurou a prestação de serviços nas áreas da Segurança e Saúde do Trabalho, Segurança Alimentar e Formação, visando a prevenção de riscos e promovendo a saúde. Foram efetuadas visitas de acompanhamento técnico, no sentido de assegurar um ambiente de trabalho seguro e saudável, através da prevenção, reduzindo e controlando riscos profissionais.

Consignação IRS

Através da Campanha de apoio à Consignação de 0,5% do IRS, no decorrer do ano 2023 recebemos a importância de 2.299,42 €.

Donativo

Verificou-se um aumento de donativos em géneros, principalmente, ao nível alimentar e ajudas técnicas.

Atividades de Animação Sócio Cultural

Animação de idosos, em específico, define-se, de uma forma geral, na maneira de atuar em todos os campos do desenvolvimento da qualidade de vida dos mais velhos, um estímulo da vida mental, física e afetiva da pessoa idosa. A animação não é apenas um momento, mas sim um trabalho diário que perdura, pois, a animação incide ao nível psicológico, físico e social e é de vital importância proporcionar uma qualidade de vida aos idosos, preservando a autonomia, autoeficácia e autoestima.

No que concerne ao cumprimento do Plano de Atividades Anual de 2023, constata-se que a maioria das atividades planeadas foram realizadas.

Atendendo à avaliação das atividades de acordo com os indicadores: interesse, estado de humor, concentração, divertimento e interação grupal, verificou-se que a avaliação que assume maior expressão é “Bom”. Destacam-se com maior adesão e interesse as atividades de cariz religioso. Foram, ainda, executadas outras atividades que não estavam previstas no plano, porém foram resultado de oportunidades internas e externas que a equipa técnica e a direção entenderam pertinentes para os idosos.

No âmbito das atividades de animação foi elaborado um Relatório das Atividades que evidencia em pormenor as atividades dinamizadas, objetivos, recursos, média dos participantes entre outros.)



Informação Financeira e Contabilística

HER *[Handwritten Signature]*
[Handwritten Signature]

BALANÇO EM 31/12/2023

Rúbricas	Notas	Período	
		31-12-2023	31-12-2022
Ativo			
Ativo não corrente			
Investimentos Financeiros	7	4.464,65	3.713,18
Ativos fixos tangíveis	8	904.490,49	893.923,17
Sub-Total		908.955,14	897.636,35
Ativo corrente			
Inventários	9	3.967,73	5.057,95
Créditos a receber	10	511,71	1.845,02
Estado e outros entes públicos	11	1.802,30	5.966,44
Diferimentos	12	659,86	585,41
Outros ativos correntes	13	52.015,58	64.446,08
Caixa e depósitos bancários	14	75.603,96	183.173,58
Sub-Total		134.561,14	261.074,48
Total do ativo		1.043.516,28	1.158.710,83
Fundos Patrimoniais			
Fundos	15	114.658,51	114.658,51
Resultados transitados	15	143.369,99	128.486,23
Outras variações do fundo patrimonial	15	363.962,83	378.182,43
Sub-Total		621.991,33	621.327,17
Resultado líquido do período	15	-39.887,27	15.566,64
Total do fundo patrimonial		582.104,06	636.893,81
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	16	226.255,76	246.758,37
Outros passivos não correntes	19	78.469,50	87.169,50
Sub-Total		304.725,26	333.927,87
Passivo corrente			
Fornecedores	17	28.200,08	16.207,50
Estado e outros entes públicos	18	3.268,09	19.316,45
Financiamentos obtidos	16	20.948,43	19.981,24
Diferimentos		5.935,78	13.113,71
Outros passivos correntes	19	98.334,58	119.270,25
Sub-Total		156.686,96	187.889,15
Total do passivo		461.412,22	521.817,02
Total do fundo social e do passivo		1.043.516,28	1.158.710,83

Handwritten signatures and initials at the top right of the page.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

Rúbricas	Notas	Período	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	20	385.801,25	373.406,79
Subsídios, doações e legados à exploração	21	268.766,26	300.592,99
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-93.988,50	-84.652,55
Fornecimentos e serviços externos	22	-127.211,25	-136.155,28
Gastos com o pessoal	23	-430.612,58	-402.515,14
Outros rendimentos	24	18.589,35	17.116,78
Outros gastos	25	-2.682,54	-1.799,21
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		18.661,99	65.994,38
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	26	-39.103,57	-37.739,73
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-20.441,58	28.254,65
Juros e gastos similares suportados	27	-19.445,69	-12.688,01
Resultado antes de impostos		-39.887,27	15.566,64
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período	15	-39.887,27	15.566,64



Handwritten signatures and text at the top right of the page.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Descrição	Notas	Período	
		31-12-2023	31-12-2022
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		383.878,27	370.787,44
Recebimentos de subsídios, doações e legados à exploração		266.396,06	285.367,63
Pagamentos a fornecedores		-221.263,10	-233.543,96
Pagamentos ao pessoal		-362.671,70	-326.275,82
Caixa gerada pelas operações		66.339,53	96.335,29
Outros recebimentos / pagamentos		-85.058,56	-55.137,43
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-18.719,03	41.197,86
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-48.957,49	-42.513,72
Investimentos financeiros		-962,52	-1.647,72
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros			593,90
Juros e rendimentos similares		50,53	66,63
Fluxos de caixa das actividades de investimentos (2)		-49.869,48	-43.500,91
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-19.535,42	-21.576,31
Juros e gastos similares		-19.445,69	-12.688,01
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-38.981,11	-34.264,32
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-107.569,62	-36.567,37
Caixa e seus equivalentes no início do período	5	183.173,58	219.740,95
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	75.603,96	183.173,58



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DOS FUNDOS PATRIMONIAIS 2023

Descrição	Notas	Fundo Patrimonial	Resultados transitados	Outras variações fundo social	Resultado Líquido do período	Total
Posição em 31 de Dezembro de 2022	1	114.658,51	128.486,23	378.182,43	15.566,64	636.893,81
Alterações no período						
Aplicação do resultado de 2022	15		15.566,64		-15.566,64	
Outras variações 2023	15		-682,88			
Reconhecimento de subsídios ao investimento	15					
Imputação aos outros rendimentos dos subsídios ao investimento	15					
Sub - total	2		14.883,76	-14.219,60	-15.566,64	-14.219,60
Resultado líquido do período	3				-39.887,27	-39.887,27
Posição no fim do período de 2023	4=1+2+3	114.658,51	143.369,99	363.962,83	-39.887,27	582.104,06

Handwritten signatures and initials at the top right of the page.



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DOS FUNDOS PATRIMONIAIS 2022

Descrição	Notas	Fundo patrimonial	Resultados transitados	Outras variações fundo social	Resultado líquido do período	Total
Posição em 31 de Dezembro de 2021	1	114.658,51	117.846,13	366.384,53	11.897,55	610.786,72
Alterações no período						
Aplicação do resultado de 2021	15		11.897,55		-11.897,55	
Outras variações 2022	15		-1.257,45			
Reconhecimento de subsídios ao investimento	15			25.000,00		25.000,00
Imputação aos outros rendimentos dos subsídios ao investimento	15			-13.202,10		-13.202,10
Sub - total	2		10.640,10	11.797,90	-11.897,55	11.797,90
Resultado líquido do período	3				15.566,64	15.566,64
Posição no fim do período de 2022	4=1+2+3	114.658,51	128.486,23	378.182,43	15.566,64	636.893,81

Handwritten signatures and initials at the top of the page.

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR VALÊNCIAS**

Rendimentos e Gastos	Apoio Domiciliário	Centro de Dia	Lar	Períodos	
				31-12-2023	31-12-2022
Vendas e serviços prestados	46.012,16	22.472,30	317.316,79	385.801,25	373.406,79
Subsídios, doações e legados à exploração	95.454,01	21.426,05	151.886,20	268.766,26	300.592,99
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-15.687,45	-8.628,10	-69.672,95	-93.988,50	-84.652,55
Fornecimentos e serviços externos	-17.960,70	-15.981,53	-93.269,02	-127.211,25	-136.155,28
Gastos com o pessoal	-103.346,93	-38.755,21	-288.510,44	-430.612,58	-402.515,14
Outros rendimentos	4.274,86	3.159,73	11.154,76	18.589,35	17.116,78
Outros gastos	-456,05	-348,72	-1.877,77	-2.682,54	-1.799,21
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	8.289,90	-16.655,48	27.027,57	18.661,99	65.994,38
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-6.647,61	-5.083,46	-27.372,50	-39.103,57	-37.739,73
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1.642,29	-21.738,94	-344,93	-20.441,58	28.254,65
Juros e gastos similares suportados	-3.305,77	-2.527,96	-13.611,96	-19.445,69	-12.688,01
Resultado antes de impostos	-1.663,48	-24.266,90	-13.956,89	-39.887,27	15.566,64
Imposto sobre o rendimento do período					
Resultado líquido do período	-1.663,48	-24.266,90	-13.956,89	-39.887,27	15.566,64

HER

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Designação da entidade: Centro Social do Divino Espírito Santo de Peraboa, NIF 502 603 658

Sede: Largo Sítio da Abilheira, s/n.º 6200-591 Covilhã

Natureza da atividade

O Centro Social do Divino Espírito Santo de Peraboa é uma pessoa coletiva de direito privado, sem fins lucrativos, com objetivos de utilidade pública., com o C.A.E. principal 87301 – Atividades de apoio social para pessoas idosas, com alojamento.

A Direção entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Instituição, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo decreto-lei 98/2015 de 2 de junho e de acordo com a estrutura concetual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. O sistema de normalização é composto por:

- Bases para a apresentação das demonstrações financeiras (BADF);
- Modelos de demonstrações financeiras (MDF) – Portaria 220/2015 de 24 de julho;
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura conceptual);
- Código de contas (CC) - Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF-ESNL) - Aviso n.º 8256/2015, de 16 de julho
- Normas interpretativas (NI).

3 Adoção pela primeira vez das NCRF

A Instituição adotou as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro “NCRF” pela primeira vez em 2012 aplicando para o efeito, a NCRF 3 – Adoção pela Primeira Vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF). As NCRF foram aplicadas retrospectivamente para todos os períodos apresentados. A data de transição foi 1 de janeiro de 2012, e a Instituição preparou o seu balanço de abertura a essa data, considerando as isenções e exclusões a outras normas existentes, permitidas pela NCRF .Foram preparadas e aprovadas, de acordo com as disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei 98/2015, de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e relato financeiro (NCRF) e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

4 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:

4.1 Bases de apresentação

4.1.1 Continuidade

A Direção procedeu à avaliação da capacidade de a Instituição operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Direção concluiu que a Instituição dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

4.1.2 Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos, são registados nas respetivas contas das rubricas "*Outros ativos correntes e Outros passivos correntes*".

4.1.3 Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.

4.1.4 Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

4.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

4.1.6 Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Instituição, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações

das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- I. A natureza da reclassificação;
- II. A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- III. Razão para a reclassificação.

4.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

4.2.1. Ativos fixos tangíveis

As reintegrações do exercício foram determinadas de acordo as taxas fixadas para este tipo de entidades.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Ativo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	20 anos
Equipamento Básico	entre 4 e 8 anos
Equipamento de transporte	entre 4 e 8 anos
Equipamento administrativo	entre 2 e 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	entre 2 e 8 anos

Os ativos provenientes de doações e outras operações a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, valor pelo qual estão segurados, valor patrimonial tributário ou valor pelo qual figuravam na contabilidade. Os principais bens referem-se a imóveis, os quais são valorizados ao valor patrimonial tributário à data da aquisição gratuita deduzido de eventuais depreciações entretanto realizadas.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais, são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada no ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

4.2.2. Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo

se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

4.2.3. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimos obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Os “*Encargos financeiros*” de “*Empréstimos obtidos*” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “*Investimentos*” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

4.2.4. Participações financeiras em subsidiárias

As participações em subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são registadas pelo método do custo. De acordo com o método do custo, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função dos gastos incorridos anualmente, após a aquisição.

4.2.5. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. Este ponto é aplicável a todos “*Instrumentos Financeiros*” com exceção:

- I. Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- II. Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - i. Alterações no risco segurado;
 - ii. Alterações na taxa de câmbio;
 - iii. Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - iv. Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - (i) Alterações no preço do bem locado;

- (ii) Alterações na taxa de câmbio;
- (iii) Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Créditos a Receber

Os “Créditos a Receber” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidos no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Outros ativos e passivos correntes

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Instituição avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Caixa e depósitos bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

4.2.6. Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma expectativa razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições da sua atribuição e de que estes irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam. O reconhecimento no Fundo Patrimonial gera o reconhecimento de passivos relativos ao imposto a pagar correspondentes a esses subsídios.

4.2.7. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- I. O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- II. É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- III. Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- IV. A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

4.2.8. Imposto sobre o rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos deste imposto *“As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas”*.

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 estariam sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87, com as exceções previstas nas alíneas a), b) e c) do n.º 3 do art.º 10.º, exceções que se aplicam à Instituição no exercício em análise relativamente aos rendimentos provenientes das atividades previstas naquele artigo nomeadamente, os relativos às modalidades de assistências medicamentosa, assistência médica e enfermagem e rendimentos prediais.

O imposto sobre o rendimento do exercício, registado na demonstração dos resultados, quando aplicável, corresponde à soma dos impostos correntes. Os impostos correntes são registados em resultados.

O imposto corrente a pagar, quando aplicável, é calculado com base no lucro tributável da Entidade. O lucro tributável pode ser diferente do resultado contabilístico, uma vez que pode excluir diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade referente aos anos de 2019 a 2022 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4.2.9. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- I. a receber ou a Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- II. Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis;
- III. Análise de imparidade de investimentos financeiros;
- IV. Registo de ajustamentos aos valores dos ativos (Clientes e outros créditos a receber);
- V. Apuramentos dos subsídios à exploração e ao investimento restituir.

4.2.10. Especialização de exercícios

A Instituição regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

4.2.11. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

5 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses), líquidos de descobertos bancários e de outros

financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31/12/2023 e em 31/12/2022 detalha-se conforme se segue:

Descrição	Conta	Período	
		31-12-2023	31-12-2022
Caixa (*)	11	453,00	575,58
Depósitos à ordem	12	75.150,96	182.598,00
Total		75.603,96	183.173,58

(*) - Valores guardados em cofre para pequenas despesas e valores recebidos depositados no mês seguinte

6 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Não foram detetados erros, relativamente ao período anterior.

7 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - MÉTODO DO CUSTO

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022 o valor registado na rubrica “Participações financeiras”, correspondia à rubrica de “Fundos de compensação do trabalho” no valor de 4.464,65 euros e 3.713,18 euros, respetivamente

8 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Descrição	2023					Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	
Ativos						
Saldo inicial	1.081.814,67	158.944,37	54.421,88	5.379,33	18.311,02	1.318.871,27
Aquisições		713,40	41.607,49		7.350,00	49.670,89
Saldo final	1.081.814,67	159.657,77	96.029,37	5.379,33	25.661,02	1.368.542,16
Depreciações acumuladas						
Saldo inicial	219.198,07	147.019,87	50.837,08	5.379,33	2.513,75	424.948,10
Depreciações exercício	18.475,57	5.659,01	11.906,30		3.052,69	39.103,57
Saldo final	237.673,64	152.678,88	62.743,38	5.379,33	5.576,44	464.051,67
Ativo líquido	844.141,03	6.978,89	33.285,99		20.084,58	904.490,49

Descrição	2022					Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	
Ativos						
Saldo inicial	1.059.207,10	158.944,37	54.421,88	5.379,33	539,98	1.278.492,66
Aquisições	22.607,57				17.771,04	40.378,61
Saldo final	1.081.814,67	158.944,37	54.421,88	5.379,33	18.311,02	1.318.871,27
Depreciações acumuladas						
Saldo inicial	201.147,88	132.888,90	47.252,28	5.379,33	539,98	387.208,37
Transferências						
Depreciações exercício	18.050,19	14.130,97	3.584,80		1.973,77	37.739,73
Saldo final	219.198,07	147.019,87	50.837,08	5.379,33	2.513,75	424.948,10
Ativo líquido	862.616,60	11.924,50	3.584,80		15.797,27	893.923,17

Os ativos fixos tangíveis são amortizados de acordo com método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas, referidas no ponto 4.2.1.

9 INVENTÁRIOS

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022 a rubrica “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas”, é detalhado como se segue:

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Saldo inicial	5.057,95	3.990,69
Compras	92.898,28	85.719,81
Saldo final	3.967,73	5.057,95
Gasto no exercício	93.988,50	84.652,55

10 CREDITOS A RECEBER (ATIVO)

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022 a rubrica “créditos a receber” correspondia aos saldos a receber de utentes no valor de 511,71 euros e 1.845,02 euros, respetivamente.

11 ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS (ATIVO)

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022 os saldos na rubrica “Estado e outros entes públicos” no montante de 1.802,30 euros e 5.986,44 euros, respetivamente, correspondia ao valor a receber respeitante a restituição de 50% do IVA pago na aquisição de géneros alimentares, bens de investimento e serviços de construção.

12 DIFERIMENTOS (ATIVO)

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022 na rubrica “Diferimentos” os valores 659,86 e de 585,41 euros correspondiam aos gastos com seguros liquidados nestes anos respetivamente, mas que correspondem a gastos a considerar nos anos seguintes.

13 OUTROS ATIVOS CORRENTES

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022, a rubrica “Outros ativos correntes”, é detalhada como se segue:

Descrição	Período	
	31-12-2023	31-12-2022
Acréscimos de rendimentos - Mensalidades	23.618,49	19.572,74
Camara Municipal da Covilhã		5.937,34
Portugal 2020-Proj.Centro 05-4740-FSE-001594	20.897,09	31.436,00
CRSS Subsídio Aquisição Viatura Elétrica	7.500,00	7.500,00
Total	52.015,58	64.446,08

14 CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, a rubrica “outros ativos correntes” é detalhada como se segue:

Descrição	Período	
	31-12-2023	31-12-2022
Caixa	453,00	575,58
Depósitos à ordem	75.150,96	182.598,00
Total	75.603,96	183.173,58

15 FUNDO PATRIMONIAL

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, o “Fundo patrimonial” é detalhado como segue:

Descrição	Período	
	31-12-2023	31-12-2022
Fundo Patrimonial	114.658,51	114.658,51
Resultados transitados	143.369,99	128.486,23
Outras variações capital próprio	363.962,83	378.182,43
Resultado líquido do período	-39.887,27	15.566,64
Total	582.104,06	636.893,81

16 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, a rubrica “Financiamentos obtidos” apresentava a seguinte decomposição

Descrição	Período	
	31-12-2023	31-12-2022
Novo Banco	247.204,19	266.739,61
Total	247.204,19	266.739,61

Os pagamentos dos financiamentos obtidos são detalhados como se segue:

Instituições de crédito	2025	2026	2027	Seguintes
Novo Banco - M.L.P. - Contrato 0770085270	20.976,86	21.722,93	22.495,55	119.624,86
Novo Banco - M.L.P. - Contrato 0770091024	3.897,61	4.036,23	4.179,76	25.801,42
Total	24.874,47	25.759,16	26.675,31	145.426,28

17 FORNECEDORES

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022 a rubrica “Fornecedores” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2023	31-12-2022
Fornecedores c/c	28.200,08	16.207,50
Total	28.200,08	16.207,50

18 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (PASSIVO)

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, a rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2023	31-12-2022
Retenção impostos sobre o rendimento	612,13	2.193,05
Contribuições para a segurança social FCT/FGCT	2.239,24	16.973,37
Penhora Vencimento	416,72	150,03
Total	3.268,09	19.316,45

19 OUTROS PASSIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, a rubrica “Outros passivos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2023	31-12-2022
Pessoal		
Cauções Utentes	8.800,00	10.523,81
Fornecedores de investimento c/ corrente	17.969,92	17.969,92
Credores por acréscimo de gastos - remunerações	66.242,40	58.261,31
Credores por acréscimo de gastos - outros	5.322,26	31.289,34
Outros Devedores e Credores		1.225,87
Total	98.334,58	119.270,25

20 VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, a rubrica “Vendas e serviços prestados” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	2023	2022	
Vendas	16.138,26	15.022,69	
Materiais de consumo	16.138,26	15.022,69	7,43%
Prestação de serviços	369.662,99	358.384,10	
Quotas dos utilizadores	366.638,99	355.755,38	3,06%
Quotizações	3.024,00	2.628,72	15,04%
Total	385.801,25	373.406,79	3,32%

O valor registado na rubrica de “Vendas – Materiais de consumo” respeita à dispensa aos utentes de produtos de incontinência, higiene pessoal e consumíveis de enfermagem.

21 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, a rubrica “Subsídios à exploração” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		
	2023	2022	Varição
I.S.S. - I.P. - Acordos cooperação	236.159,70	204.848,51	15,29%
Autarquia - Município da Covilhã	5.937,35	5.937,34	-
IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional	12.027,26	20.871,16	-42,37%
IAPMEI-Retribuição Mínima Mensal Garantida		1.512,00	-
IPDJ-Instituto Português do Desporto e Juventude	2.000,00	4.500,00	-55,56%
Portugal 2020	9.245,88	36.983,52	-75,00%
Doações	3.396,07	25.940,46	-86,91%
Total	268.766,26	300.592,99	-10,59%

O valor registado na rubrica “IEFP” corresponde aos valores recebidos do Instituto de Emprego e Formação Profissional relativos a Estágios Profissionais e, principalmente, a colaboradores ao serviço da Instituição ao abrigo de processos MAREESS - Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde.

22 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, a rubrica “Fornecimentos e serviços externos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Varição
	2023	2022	
Trabalhos especializados	15.935,66	20.356,80	-21,72%
Honorários	19.756,97	22.944,83	-13,89%
Conservação e reparação	10.812,85	9.463,83	14,25%
Serviços bancários	192,15	199,59	-3,73%
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	5.245,28	6.667,62	-21,33%
Material escritório	448,57	1.358,54	-66,98%
Artigos para oferta	123,24	254,53	-51,58%
Produtos p/higiene pessoal de utentes	17.463,88	9.049,02	92,99%
Eletricidade	20.389,66	18.517,99	10,11%
Combustíveis	4.515,38	3.254,17	38,76%
Água	11.784,46	11.278,95	4,48%
Gás	12.511,54	10.419,76	20,08%
Deslocações e estadas	120,02	51,47	133,18%
Rendas e alugueres	1.476,16		-

Comunicação	1.166,89	1.312,88	-11,12%
Seguros	1.805,29	1.867,48	-3,33%
Contencioso e notariado	204,00	11,37	1694,20%
Limpeza, higiene e conforto	3.243,43	19.128,95	-83,04%
Outros serviços	15,82	17,50	-9,60%
Total	127.211,25	136.155,28	-6,57%

23 GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022 rubrica “Gastos com o pessoal” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	2023	2022	
Remunerações do pessoal	347.146,82	321.289,26	8,05%
Indemnizações		6.964,81	-
Encargos sobre remunerações	76.429,95	70.326,14	8,68%
Seguros acidentes trabalho	5.640,51	2.425,29	132,57%
Outros gastos com o pessoal	1.395,30	1.509,64	-7,57%
Total	430.612,58	402.515,14	6,98%
Número médio de funcionários	38	34	11,76%

24 OUTROS RENDIMENTOS

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022 a rubrica “Outros rendimentos e ganhos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	2023	2022	
Consignação de IRS	2.299,42	2.792,92	-17,67%
Desconto P.P.obtidos	2,86		-
Obrigações Impostas		950,00	-
Indeminizações	1.875,54		-
Imputações de subsídios ao investimento	14.219,60	13.202,10	7,71%
Outros não especificados	141,40	105,13	34,50%
Juros de depósitos	50,53	66,63	-24,16%
Total	18.589,35	17.116,78	8,60%

25 OUTROS GASTOS

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, a rubrica "Outros gastos" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	2023	2022	
Impostos	50,00	1.691,01	-97,04%
Quotizações	750,00		-
Multas Fiscais	1.875,00		-
Outros não especificados	7,54	108,20	-93,03%
Total	2.682,54	1.799,21	49,10%

26 GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, a rubrica "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" apresentava a seguinte decomposição:

Rúbrica	Período		Variação
	2023	2022	
Ativos fixos tangíveis (nota 8)	39.103,57	37.739,73	3,61%
Total	39.103,57	37.739,73	3,61%

27 GASTOS DE FINANCIAMENTO

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, a rubrica "Gastos de financiamento" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	2023	2022	
Juros suportados com financiamentos obtidos	18.674,32	11.873,24	57,28%
Outros gastos e perdas de financiamento	771,37	814,77	-5,33%
Total	19.445,69	12.688,01	53,26%

28 VALOR DO CUSTO MÉDIO POR UTENTE

Descrição	Apoio Domiciliário	Centro de Dia	LAR
Total de encargos	144.098,74	68.797,02	480.702,68
Número médio de utentes	15	7	30
Custo anual por utente	9.606,58	9.828,15	16.023,42
Custo médio mensal por utente em 2023	800,55	819,01	1.335,29

29 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Direção informa que a Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Direção informa que a situação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.



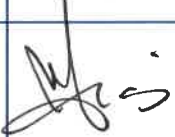



30 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

31 DATA DE APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES PELA DIRECÇÃO

A Direção aprovou as demonstrações financeiras em 2024/03/15.

Contabilista certificado	Presidente	Vice Presidente	Tesoureiro	Secretário	Vogal
					
Telma Fonseca	Ana Maria Matias	Maria Gamboa Carriço Reis	Sónia Afonso	Cristina Maria Roberto Alves	Maria Conceição Canário Raimundo